
A FORMAÇÃO DE EDUCADORES DO CAMPO NO PARANÁ NO ÂMBITO DO PRONERA E DA LUTA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO

La formación de educadores del campo en Paraná en el ámbito del PRONERA y de la lucha por el derecho a la educación

Alex Verdério
Mestre em Educação pela UNIOESTE
Especialista em Trabalho, Educação e Movimentos Sociais pela EPSJV/FIOCRUZ
alexverderio@outlook.com

Artigo recebido em 21/10/2013 e aceito para publicação em 22/12/2013

DOI: 10.12957/tamoios.2013.7939

RESUMO

O presente artigo apresenta uma breve reflexão acerca da formação de educadores do campo no contexto do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) tendo como referências a luta pelo direito à educação e a luta por uma Educação do Campo. Como objeto de análise toma-se as duas primeiras turmas de Pedagogia para Educadores do Campo no Paraná, ocorridas entre os anos de 2004 e 2012, que estando ancoradas no protagonismo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foram concretizadas através de convênios firmados entre o PRONERA e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). No processo de sistematização evidenciou-se a importância do PRONERA para garantia do direito dos povos trabalhadores do campo à educação e a especificidade do curso de Pedagogia para Educadores do Campo que é um curso estruturado sob o regime de alternância, constituído no contexto da luta por uma Educação do Campo. A reflexão assume como foco a luta pelo direito à educação, a atuação efetiva dos povos trabalhadores do campo neste âmbito, o que passa pela relação entre Movimento Social e Universidade no sentido de propor e fazer a formação de educadores do campo articulada à luta por uma Educação do Campo.

Palavras-chave: Educação do Campo; Direito à Educação; Formação de Educadores; PRONERA; Regime de Alternância.

RESUMEN

El presente artículo presenta una breve reflexión acerca de la formación de educadores del campo en el contexto del Programa Nacional de Educación en la Reforma Agraria (PRONERA) teniendo como referencias a la lucha por el derecho a la educación y la lucha por una Educación del Campo. Como objeto del análisis se toma a las dos primeras cohortes del curso de Pedagogía para Educadores del Campo en el Paraná, realizadas entre los años de 2004 y 2012, que estuvieron ancladas en el protagonismo del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) fueron concretadas por medio de convenios establecidos entre el PRONERA y la Universidad Estadual de Oeste de Paraná (UNIOESTE). En el proceso de sistematización se puso en evidencia la importancia del PRONERA para la garantía del derecho de los pueblos trabajadores del campo a la educación y a la especificidad del curso de Pedagogía para Educadores del Campo que es un curso estructurado bajo el régimen de alternancia, constituido en el contexto de la lucha por una Educación del Campo. La reflexión asume como foco la lucha por el derecho a la educación, la actuación efectiva de los pueblos trabajadores del campo en este ámbito, lo que pasa por la relación entre Movimiento Social y Universidad en el sentido de proponer y hacer la formación de educadores del campo articulada a la lucha por una Educación del Campo.

Palabras-clave: Educación del Campo; Derecho a la Educación; Formación de Educadores; PRONERA; Régimen de Alternancia.

INTRODUÇÃO

A formação de educadores do campo tem um vínculo concreto com a luta e a resistência dos povos trabalhadores do campo pela garantia de sua existência. Isso toma concretude na atuação coletiva dos sujeitos trabalhadores do campo por meio da organização e de sua atuação nos Movimentos Sociais Populares do Campo¹. Neste contexto de organização e mobilização, é que entre as reivindicações incorporadas na luta dos povos trabalhadores do campo no Brasil está a luta pelo direito à educação.

Nas últimas duas décadas, primeiras do século XXI, a partir do fazer de luta dos Movimentos Sociais Populares do Campo, se firmou no contexto educacional brasileiro o que vem sendo denominado de Educação do Campo em nosso país. Deste modo, a educação dos povos trabalhadores do campo tem sido colocada na agenda educacional brasileira pela força, pela mobilização e pela capacidade de luta dos Movimentos Sociais Populares do Campo.

Ao mesmo tempo em que se impõe ao poder público estatal, a luta por uma Educação do Campo, tem sido provocadora de inúmeras reflexões no interior e entre distintos sujeitos/espacos sociais. Dentre esses distintos sujeitos/espacos sociais, se situam algumas instituições públicas de Ensino Superior que têm assumido a necessidade de aprofundar as questões prático-teóricas relacionadas à Educação do Campo e, para, além disso, colocando-se no âmbito da efetivação de ações para concretizar a garantia do direito dos povos trabalhadores do campo à educação. Nesse debate e, nesse fazer de luta é que a formação de educadores do campo assume certa centralidade.

O presente artigo tem por perspectiva refletir elementos acerca da formação de educadores do campo no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) tendo como referências a luta pelo direito à educação e a luta por uma Educação do Campo. Como objeto de análise toma-se as duas primeiras turmas do curso de Pedagogia para Educadores do Campo no Paraná, articuladas e efetivadas a partir do protagonismo e do processo de luta travado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). As duas primeiras turmas do curso de Pedagogia para Educadores do Campo no Paraná se concretizaram na condição de experimento pedagógico por meio de convênios firmados entre o PRONERA e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

No processo de sistematização do presente artigo evidenciou-se a importância do PRONERA na luta pelo direito dos povos trabalhadores do campo à educação e a especificidade do curso de Pedagogia para Educadores do Campo, constituído no contexto da luta por uma Educação do Campo. A reflexão, aqui posta, assume como foco a luta pelo direito à educação e a atuação efetiva dos povos trabalhadores do campo neste âmbito, o que passa pela relação entre Movimento Social e Universidade no sentido de propor e fazer a formação de educadores do campo articulada à luta por uma Educação do Campo.

A elaboração do presente artigo foi pautada pela inserção prático-teórica na luta por uma Educação do Campo, por meio da participação em processos formativos de educadores de diversas comunidades camponesas do Brasil, em especial no estado do Paraná. Os elementos de reflexão prático-teórica sistematizados no presente artigo estão amparados ainda no processo de pesquisa e de elaboração do trabalho de dissertação de Mestrado em Educação², sob o título: *'A materialidade da Educação do Campo e sua incidência nos processos formativos que a sustentam: uma análise acerca do Curso de Pedagogia da Terra na UNIOESTE'* (VERDÉRIO, 2011) e na monografia intitulada: *'Direito e luta de classes: por uma Educação do Campo'* (VERDÉRIO, 2013), elaborada no curso de Especialização em Trabalho, Educação e Movimentos Sociais³.

O DIREITO À EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA LUTA POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A trajetória da luta por uma Educação do Campo no Brasil tem como um de seus fundamentos a luta pelo direito à educação. Deste modo, a ação dos Movimentos Sociais Populares do Campo, passa a reivindicar uma política pública de educação orientada pelos anseios e necessidades dos povos que vivem e trabalham no campo brasileiro.

Neste contexto, conforme apontamentos de Caldart (2008, p. 75), compreende-se a luta por uma Educação do Campo no Brasil, a partir de três perspectivas distintas, mas que não se contrapõem, pelo contrário se complementam: a perspectiva da *negatividade*, a perspectiva da *positividade* e a perspectiva da *superação*.

O primeiro elemento que dá sustentação para tal compreensão, vinculado à perspectiva da *negatividade*, figura-se com a apreensão da questão agrária e do que veio se constituindo a partir do marco da Educação Rural no Brasil. A questão agrária, a partir das relações sociais estabelecidas tem se apresentado

[...] como um problema estrutural do modo capitalista de produção. Esse problema é criado pela lógica da reprodução ampliada do capital, que provoca o desenvolvimento desigual, por meio da concentração de poder expresso de diferentes formas, por exemplo: propriedade da terra, dinheiro e tecnologia. Esta lógica produz a concentração de poder criando o poder de concentrar, reproduzindo-se infinitamente. A reprodução infundável é da natureza do modo capitalista de produção, portanto, para garantir sua existência, o capital necessita se territorializar sem limites. Para a sua territorialização, o capital precisa destruir outros territórios, como, por exemplo, os territórios camponeses e indígenas. Esse processo de territorialização e desterritorialização gera conflitualidades diferenciadas que se modificam de acordo com a conjuntura da questão agrária. (FERNANDES, 2008, p. 43-44).

Com os apontamentos dispostos por Fernandes (2008), verifica-se que o desenvolvimento desigual fomentado pela reprodução ampliada do capital indica a existência de dois extratos distintos de classes sociais antagônicas no campo brasileiro: o campesinato⁴ e o agronegócio⁵. Sendo que, tanto o campesinato, assim como o agronegócio produzem e organizam os territórios de maneiras diferenciadas, dando materialidade à existência de duas formas distintas num mesmo campo: a realidade da organização do campo sob a perspectiva camponesa e a realidade da organização do campo sob a perspectiva do agronegócio, sendo que cada uma dessas lógicas se atrela a um determinado projeto de desenvolvimento e de sociedade.

Neste contexto, tomar o campo como consequência da forma histórica do capitalismo no contexto do Brasil implica em concebê-lo como campo em movimento, que apresenta distintos extratos de distintas classes sociais e, por isso mesmo, com perspectivas distintas e até mesmo antagônicas, que se materializam na concretude do real em suas múltiplas determinações.

Considerando as diferentes perspectivas postas para o desenvolvimento do campo brasileiro, de acordo com Calazans (1981), as práticas educacionais vinculadas à Educação Rural no Brasil, num primeiro momento, estiveram vinculadas estritamente a programas e projetos que consideravam as populações rurais como empecilhos para o avanço e a reprodução ampliada do capital.

[...] o período de surgimento de programas de Educação no meio rural brasileiro é bastante coincidente ao início do processo de industrialização ocorrido, em 1930. A submissão da agricultura ao Modo de Produção Capitalista (MPC) faz com que surja nos países periféricos um fenômeno denominado por Samir Amin de “a era das transformações agrárias”. “São estas reformas que, extinguindo as velhas alianças de classes entre capital estrangeiro e a grande propriedade, substituem-nas por uma nova aliança tripla: capital estrangeiro – burguesia urbana local (privada e/ou do Estado) – camponês rico (Koulaks)*. Elas constituem a base social da posterior “revolução verde”. (CALAZANS, 1981, p. 182).

(*Camponês rico que frequentemente exerce atividades capitalistas, como aluguel de máquinas agrícolas, comércio, usinas, etc.)

No contexto da *nova aliança tripla* entre capital estrangeiro, burguesia urbana local ou Estado e camponês rico (latifundiários), identificada por Calazans (1981), e conforme apontamentos de Leite (2002, p. 40), os povos trabalhadores do campo possivelmente poderiam se constituir como um extrato da população brasileira que juntamente com a classe operária em ascensão, poderia tensionar o modo de produção capitalista, buscando romper com tal lógica e construir uma alternativa de organização societal.

Como tentativa de superação do descompasso das relações culturais, escolares e sociais para com as classes menos favorecidas do campo, o estatismo informal da educação rural possibilitou, indiretamente, a criação do espaço necessário para o aparecimento de movimentos populares, como os Centros Populares de Cultura (CPC) e, mais tarde, o Movimento Educacional de Base (MEB).

Intimamente ligados aos movimentos de esquerda os CPCs e o MEB tiveram como sustentação ideológica o trabalho desenvolvido pelas ligas camponesas, sindicatos de trabalhadores rurais e outras entidades semelhantes em favor dos desprotegidos da zona rural [...]. (LEITE, 2002, p. 40).

Com a possibilidade concreta e a identificação da organização dos povos trabalhadores do campo no âmbito da luta de classes, no decorrer da ditadura civil-militar, o Estado brasileiro passa a ter nas práticas educativas estruturadas no marco da Educação Rural um importante mecanismo de conter a mobilização popular advinda da organização dos povos trabalhadores do campo no Brasil.

Nesta mesma lógica, durante o processo de redemocratização do país, com a Constituição Federal de 1988, no contexto dos entendimentos da Conferência Mundial de Educação para Todos, dispostos na Declaração de Jomtien de 1990; da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, com o Relatório Delors 1993 – 1996; na promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de dezembro de 1996; a Educação Rural passa a ser figurada, como um elemento bastante relevante, no conjunto das ações do Estado brasileiro, no sentido de garantia da Educação Básica para todos.

Assim, a perspectiva de *negatividade* identificada por Caldart (2008, p. 75) toma concretude, pois é no confronto entre lógicas distintas para organização do campo brasileiro e no

enfrentamento às práticas educacionais estruturadas no marco da Educação Rural que se materializa a luta por uma Educação do Campo no Brasil. Ou seja, a Educação do Campo, em sua perspectiva de *negatividade* é

[...] *denúncia / resistência*, luta contra – Basta! de considerar natural que os sujeitos trabalhadores do campo sejam tratados como inferiores, atrasados, pessoas de segunda categoria; que a situação de miséria seja seu destino, que no campo não tenha escola, que seja preciso sair do campo para frequentar uma escola; que o acesso à educação se restrinja à escola, que o conhecimento produzido pelos camponeses seja desprezado como ignorância...” (CALDART, 2008, p. 75).

O segundo elemento que fundamenta a compreensão sobre a luta travada pelos povos trabalhadores do campo pelo seu direito à educação, vincula-se a perspectiva da *positividade* da Educação do Campo apontada por Caldart (2008, p. 75). Essa *positividade* toma concretude na ação efetiva dos Movimentos Sociais Populares do Campo na luta pela garantia do direito dos povos trabalhadores do campo à educação. Essa luta pelo direito à educação, além se efetivar pela busca de políticas públicas para garantia do direito, passa também pela realização de várias práticas educativas vinculadas à organização dos Movimentos Sociais Populares do Campo.

A luta e a efetivação prática de ações que garantam aos povos trabalhadores do campo o seu direito à educação têm possibilitado aos Movimentos Sociais Populares do Campo que se coloquem como sujeitos no processo de luta para formulação e para orientação das políticas públicas, desde seu interesse de classe. Neste aspecto, a Educação do Campo assume a perspectiva de *positividade*, na qual, “[...] denúncia não é espera passiva, mas combina com *práticas e propostas concretas* do que fazer, do como fazer: a educação, as políticas públicas, a produção, a organização comunitária, a escola...” (CALDART, 2008, p. 75).

Na compreensão aqui posta, o terceiro elemento a partir do qual se estrutura a luta dos povos trabalhadores do campo pelo seu direito à educação se vincula à perspectiva de *superação* que a Educação do Campo assume. Conforme Caldart (2008, p. 75, grifos da autora), “A Educação do campo é *superação – projeto / utopia*: projeção de uma outra concepção de campo, de sociedade, de relação campo e cidade, de educação, de escola. Perspectiva de *transformação social* e de *emancipação humana*.” Deste modo, ao ser gestada e manter vínculo direto com a luta dos Movimentos Sociais Populares do Campo, a luta por uma Educação do Campo têm se efetivado no exercício de resistência e enfrentamento dos povos trabalhadores do campo ao capital. Com essa perspectiva de *superação*, a luta por uma Educação do Campo, através de suas práticas formativas, tem buscado na experiência histórica da classe trabalhadora em luta elementos que possibilitem a constituição de uma educação vinculada aos interesses dos trabalhadores, especificamente os que vivem no campo brasileiro.

Dois experiências históricas da luta da classe trabalhadora que têm orientado a luta e o fazer da Educação do Campo no Brasil, são as experiências da *Pedagogia Socialista*⁶ e da *Educação Popular*⁷. Também, tem sido referência para a luta por uma Educação do Campo a *Pedagogia do Movimento*⁸. No âmbito da *Pedagogia Socialista*, a luta por uma Educação do Campo tem buscado elementos como atualidade, auto-organização e coletividade. No âmbito da *Educação Popular*, a Educação do Campo firma-se na leitura da realidade e na atuação política sobre ela. No âmbito da *Pedagogia do Movimento*, o próprio Movimento Social é tido como o sujeito educativo por excelência.

Com isso, pontua-se que, nas práticas formativas que dão sustentação para a luta por uma Educação do Campo, dentre elas o curso de Pedagogia para Educadores do Campo realizado no Paraná, seja possível identificar

[...] o germe da construção de *uma formação humana sob a ótica dos trabalhadores* que tem como fundamentos: a realidade atual da luta de classes no campo brasileiro; a auto-organização dos sujeitos que fazem a luta pela terra e na terra; a luta travada através da coletividade que, passa pela capacidade desta, de fazer a leitura crítica da realidade, assumindo sua atuação política como o meio capaz de transformar essa realidade. (VERDÉRIO, 2011, 137, grifos do autor).

Considerando a trajetória da luta por uma Educação do Campo no âmbito da luta pela instituição de políticas públicas que garantam o acesso dos povos trabalhadores do campo à educação é importante destacar, o entendimento de Neto (2003) que afirma as políticas sociais como,

[...] respostas do Estado burguês do período do capitalismo monopolista a demandas postas no movimento social por classes (ou estratos de classes) vulnerabilizados pela “questão social”. [...] O Estado apresenta respostas quando os afetados por essas expressões são capazes de exercer, sobre ele, uma pressão organizada. Não basta que haja expressões da “questão sociais” para que haja política social; é preciso que aqueles afetados pelas suas expressões sejam capazes de mobilização e organização para demandar a resposta que o Estado oferece através da política social. (NETO, 2003, p. 15-16).

Com esse entendimento, toma-se a proposição de Poulantzas (2000), acerca da inscrição da luta de classes na ossatura institucional do Estado, com a qual compreende-se que a luta por uma Educação do Campo e a constituição de uma política pública para atender tal reivindicação não está somente inscrita na ossatura institucional do Estado, mas tem buscado uma forma de inscrição diferenciada, pois não é o Estado simplesmente que propõe a política, mas o faz em função da luta organizada dos povos trabalhadores do campo, que têm como perspectiva sua condição de classe.

Na trajetória de luta por uma Educação do Campo e de reivindicação de políticas públicas que garantam o direito à educação, os povos trabalhadores do campo estando inscritos na ossatura institucional do Estado (POULANTZAS, 2000), passam a tensionar, através da luta e da organização dos Movimentos Sociais Populares do Campo uma inscrição de ‘forma mais qualificada’ desde a perspectiva de classe. Isso se dá na constituição do sujeito político coletivo que passa a incidir na elaboração e na análise das políticas públicas de Educação do Campo desde o ponto de vista da classe trabalhadora, neste caso específico a que vive no campo, mas que assume a tarefa de colocar-se na luta enquanto classe trabalhadora seja do campo ou da cidade.

Contudo essa inscrição ‘qualificada’ na ossatura institucional do Estado desde a perspectiva de classe, não inibe e nem rompe com o caráter burguês do Estado, do direito e da política pública. Pelo contrário essa inscrição só será ‘qualificada’ desde o interesse da classe trabalhadora, se colocada na perspectiva de escancarar o caráter que transpassa as instituições estatais e o aparato jurídico formulado na interface do Estado e que lhe dá sustentação.

Deste modo, no âmbito da luta por uma Educação do Campo, alinhado a proposição de Saes (1998), o desafio posto é o de defender e lutar pela instituição de políticas públicas, mas sem perder de vista a necessidade de desvelar o caráter classista das mesmas, denunciando o caráter formal ilusório da igualdade política. Isso passa por tomar e tensionar o aparato jurídico na perspectiva de atender interesses específicos. Contudo, concomitantemente a essa tarefa é necessário estabelecer o componente pedagógico da denúncia, que implica em expor o limite da igualdade formal, em se constituir espaço para a construção da igualdade material.

Considerando as perspectivas de *negatividade*, de *positividade* e de *superação* da Educação do Campo, ponderadas por Caldart (2008), e a inscrição da luta de classes na ossatura institucional do Estado explicitada por Poulantzas (2000), compreende-se que as práticas formativas vinculadas à luta por uma Educação do Campo se objetivam como resultantes da forma histórica do capitalismo no Brasil e do processo de subordinação, de resistência e de enfrentamento dos povos trabalhadores do campo à dominação do capital.

Assim, no contexto de subordinação e resistência dos povos trabalhadores do campo aos interesses do capital, assume-se as perspectivas de *negatividade*, de *positividade* e de *superação* da Educação do Campo, dispostas por Caldart (2008), como elementos que delineiam a luta travada pelos Movimentos Sociais Populares do Campo para garantir o direito dos povos trabalhadores do campo à educação. Esse entendimento se atrela ainda à compreensão acerca da formulação e da estruturação de políticas públicas no âmbito da luta por uma Educação do Campo, apreendendo-as como uma inscrição ‘qualificada’ na ossatura institucional do Estado desde a perspectiva de classe. Tal exercício pode ser verificado na formação de educadores do campo sob o regime de alternância. Isso fica explícito no processo de criação, configuração e efetivação do curso de Pedagogia para Educadores do Campo no Paraná no âmbito do PRONERA, tendo em conta o protagonismo do Movimento Social em sua relação com a Universidade no sentido de propor e fazer a formação de educadores do campo articulada à luta por uma Educação do Campo.

A FORMAÇÃO DE EDUCADORES DO CAMPO SOB O REGIME DE ALTERNÂNCIA

Os cursos de graduação para formação de educadores do campo efetivados a partir dos convênios entre o PRONERA e as instituições públicas de Ensino Superior têm se constituído em espaços nos quais os Movimentos Sociais Populares do Campo têm influído diretamente para possibilitar a formação de sujeitos que, comprometidos com a luta de classe, fazem de sua militância um exercício contínuo para garantia do direito à educação dos povos trabalhadores do campo.

Dentro desse contexto o regime de alternância é condição necessária para possibilitar o acesso dos povos trabalhadores do campo à Educação Superior. Desta forma, a própria origem do sujeito camponês, para o qual o curso está proposto se constitui como um fator determinante para organizar o curso sob o regime de alternância. Assim, o regime de alternância é condição para que o camponês, trabalhador do campo acesse a Educação Superior, sem ter que se desvincular do campo para exercer seu direito à educação, nesse caso em nível superior.

O curso de Pedagogia para Educadores do Campo na UNIOESTE tem sua organização curricular fundada em dois tempos/espacos distintos, mas que se inter-relacionam no processo formativo: o tempo universidade e o tempo comunidade. O tempo universidade se constitui como o período de “[...] tempo presencial em que os estudantes estão juntos na Universidade ou em outro local, onde se desenvolvem as aulas e orientações para trabalhos práticos nas comunidades de origem e para o desenvolvimento de todos os outros tempos educativos.” (ALMEIDA; ANTONIO, 2008, p. 28). Já o tempo comunidade

[...] é o tempo em que os estudantes estão em suas comunidades, desenvolvendo suas práticas, bem como outras atividades do Curso, de estudo e pesquisa. Entendemos esse tempo tanto para trabalhos individuais de cada estudante, como tempo reservado para os coletivos regionais, com acompanhamento de assessoria pedagógica. (ALMEIDA; ANTONIO, 2008, p. 28).

Os sujeitos que participam dos cursos de graduação para formação de educadores do campo em parceria com instituições públicas de Ensino Superior, em específico aqui do curso de Pedagogia para Educadores do Campo na UNIOESTE, em sua grande maioria de alguma forma já têm vínculo com atividades educativas, seja em espaços formais ou não formais. O que implica em adentrar no curso com uma prática já efetiva, mas que muitas vezes, por falta de aprofundamento teórico, tais sujeitos têm tido limites para avançar em seu fazer educativo.

Vale ressaltar ainda, que uma questão que suscita a proposição dos cursos de graduação para formação de educadores do campo sob o regime de alternância se vincula à tensão encontrada no tange à relação teoria-prática na formação de educadores. Isso é verificado no conjunto de elementos que dão sustentação para a proposição e para o fazer do curso de Pedagogia para Educadores do Campo na UNIOESTE.

As experiências de formação já desenvolvidas [...] têm demonstrado que o maior problema enfrentado pelos cursos de formação têm sido originados pela separação entre estes dois polos do curso: teoria durante a maior parte dele e prática nos últimos semestres.

É preciso considerar que a prática também não existe sem um mínimo de elementos teóricos, sendo, portanto, teoria e prática indissociáveis enquanto práxis. A educação é uma prática social e a Pedagogia, ao investigar a educação enquanto prática, coloca a teoria necessária ao conhecimento e à intervenção na educação, [...]. (UNIOESTE, 2004, p. 08).

Com tal consideração, a organização curricular do curso de Pedagogia para Educadores do Campo sob o regime de alternância propõe-se atuar diretamente na formação do educador que já vem desenvolvendo trabalho junto às comunidades do campo, seja em espaços escolares e não escolares, formais e não formais de educação. Neste sentido, um dos objetivos de organizar um curso de formação de educadores desta maneira é:

Organizar metodologicamente o currículo por alternância entre Tempo/Espaço Escola-Curso e Tempo/Espaço Comunidade-Escola do Campo, de modo a permitir a necessária dialética entre educação e experiência, oferecendo preparação específica para o trabalho pedagógico com as famílias e ou grupos sociais de origem dos estudantes, para liderança de equipes e para a implementação (técnica e organizativa) de projetos de desenvolvimento comunitário sustentável. (UNIOESTE, 2008, p. 15).

Desta forma, os cursos para formação de educadores do campo organizados sob o regime de alternância, como é o caso do curso de Pedagogia para Educadores do Campo, têm permitido intencionalizar, desde o início do curso, o vínculo imprescindível entre teoria e prática.

Na experiência com as duas turmas já formadas no curso de Pedagogia para Educadores do Campo na UNIOESTE, a busca pela relação teoria-prática representou um importante potencial ressaltado tanto nas atividades de formação realizadas no tempo universidade, como nas atividades orientadas e realizadas no tempo comunidade.

O curso de Pedagogia para Educadores do Campo na UNIOESTE, que é organizado por etapas presenciais em regime de alternância entre tempo/espaço universidade-curso e tempo/espaço comunidade-escola do campo, passou a permitir o acesso e a permanência em tais cursos dos educadores e educadoras do campo que já estão em exercício, mas que ainda não possuem a capacitação teórica adequada para poder potencializar e melhorar suas práticas nos diversos processos educativos em que atuam.

Outro fator a ser ressaltado é que a organização curricular a partir da estruturação em tempo universidade e tempo comunidade, permite potencializar, desde o início do curso, o vínculo imprescindível entre teoria e prática, nas atividades, tanto de formação, como de docência, que, por muitas vezes, como dito, de forma geral tem se apresentado como ponto frágil nos processos de formação de educadores nos cursos regulares de graduação das instituições públicas de Ensino Superior.

O PRONERA E O CURSO DE PEDAGOGIA PARA EDUCADORES DO CAMPO NO PARANÁ

O PRONERA é um programa de educação vinculado ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) que tem por objetivo,

[...] desenvolver projetos educacionais de caráter formal, a serem executados por instituições de ensino, para beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), do Crédito Fundiário, e dos projetos feitos pelos órgãos estaduais, desde que reconhecidos pelo Incra. (BRASIL, 2011, p. 13).

O PRONERA foi instituído em julho de 1998, na I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo, e com o Decreto Presidencial Nº 7.352 de 04 de novembro de 2010 (BRASIL, 2010) passou a integrar a política pública de Educação do Campo. Nos seus quinze anos de existência o PRONERA tem sido fundamental para o fortalecimento da luta por uma Educação do Campo no Brasil. Neste contexto, através de convênios com instituições de Ensino Superior, o PRONERA tem possibilitado o acesso dos povos trabalhadores do campo a este nível de ensino. Dentre suas ações, o PRONERA tem dado fôlego para a instituição dos cursos de graduação para formação de educadores do campo no Paraná, como é o caso do curso de Pedagogia para Educadores do Campo efetivado na UNIOESTE.

Para concretização dos cursos de graduação no âmbito do PRONERA, um dos elementos que tem orientado a realização dos convênios é a estruturação curricular dos cursos sob o regime de alternância. No âmbito de sua atuação, considerando a efetivação do regime de alternância, o PRONERA dispõe de recursos para garantir a estadia e a alimentação de educandos e educadores

convidados nos períodos de tempo universidade. O PRONERA dispõe ainda de recursos para o transporte de educandos e educadores convidados e para a aquisição de material de uso e consumo.

Mesmo reconhecendo a importância do PRONERA no âmbito da luta por uma Educação do Campo, é preciso registrar que grandes têm sido os desafios colocados para dar conta da formação e das necessidades exigidas nos cursos estruturados sob regime de alternância. Uma das principais dificuldades encontradas no PRONERA é o limite de recurso por educando/ano. Desta, provem outras dificuldades, como o engessamento na proposição de alternativas, pois o recurso disponibilizado tem que ser alocado nas ‘rubricas’ específicas, conforme orienta o Manual de Operações do PRONERA (BRASIL-MDA, 2012).

Considerando esses limitantes, os Movimentos Sociais Populares do Campo e as instituições de Ensino Superior que se dispõem em participar do PRONERA, têm trabalhado na perspectiva de alocar as maiores quantias de recursos na estadia dos educandos durante o tempo universidade, que de fato, se constitui como período de maior investimento.

No contexto da luta por reforma agrária travada pelo MST, a formação de educadores tem seu início juntamente com a luta por escolas e esteve na própria constituição do Setor de Educação⁹ do MST. Deste modo, a formação de educadores no MST iniciou quando as primeiras professoras/educadoras de Acampamentos e depois de Assentamentos começaram a se reunir para discutir suas práticas e para estudar sobre experiências e reflexões de educação que pudessem inspirar a construção do que chamavam na época de uma “escola diferente”.

A cada nova turma, novo curso, nova coordenação político-pedagógica é preciso buscar aprender das experiências e da caminhada já feita, ainda que não tenhamos participado pessoalmente delas. Esta é uma postura que ajuda a reforçar uma concepção fundamental na formação de educadores, de militantes: é preciso apreender o desenvolvimento histórico ou a historicidade de cada fenômeno, porque isso nos dá melhores condições de compreender a situação atual e de construir respostas aos desafios reais. (MST, 2008, p. 2).

Desta forma, nos seus trinta anos de existência, grande tem sido o esforço do conjunto do MST para garantir a formação de suas educadoras e educadores. Para isto, um dos caminhos trilhados, vem sendo o da luta pela implantação dos cursos de graduação para a formação de educadores do campo através dos convênios firmados entre o PRONERA e instituições públicas de Ensino Superior.

O começo dos cursos de Pedagogia (batizados por nós de “Pedagogia da Terra”) foi em 1998, com uma turma nacional em parceria com a Unijuí no Rio Grande do Sul. Dupla estratégia: a principal era da qualificação teórica, pedagógica dos responsáveis pelo setor nos estados; avançar na elaboração coletiva; a segunda era continuar a formação de professores de escola, conquistando mais espaço nas escolas de ensino fundamental completo (por isso incluiu o trabalho com áreas de habilitação, experiência que não repetimos em cursos de Pedagogia, mas retomamos agora, de outra forma, na Licenciatura em Educação do Campo).

As turmas seguintes iniciaram já em 1999, e foram de caráter regional: no MT, parceria com a Unemat e no ES, com a UFES. Logo aconteceu uma expansão do número de turmas, regionais e estaduais. A discussão de

estratégia foi feita em cada local (às vezes já depois do curso em andamento). (MST, 2008, p. 3-4).

No Paraná, assim como em nível nacional, a formação de educadores no MST tem vínculo direto com as necessidades encontradas no processo de luta pela garantia do direito à educação. E desta forma, vincula-se também à luta por uma Educação do Campo.

No ano de 2000, no estado do Paraná, ocorreu a II Conferência Estadual por uma Educação Básica do Campo. No processo da II Conferência, como resultado da reflexão coletiva sobre a realidade educacional dos povos trabalhadores do campo no Paraná, foi sistematizada a Carta de Porto Barreiro. Dentre os elementos apontados, estava a necessidade de promover a formação de educadores do campo através de cursos de graduação específicos para esse fim. Essa demanda passou a exigir que a Articulação Paranaense por uma Educação do Campo¹⁰, amparada na experiência do MST no Rio Grande do Sul, com o curso de Pedagogia da Terra, assumisse o compromisso de lutar pela formação de educadores do campo no Paraná.

A primeira universidade do Paraná que assume o desafio de viabilizar a formação de educadores do campo através de um curso de graduação específico, estruturado sob o regime de alternância, foi a UNIOESTE.

O marco inicial desse processo, que culmina com a elaboração do Curso de Pedagogia para Educadores do Campo, ocorreu na II Conferência Estadual por uma Educação Básica do Campo, realizada em Porto Barreiro-PR, de 02 a 05 de novembro de 2000. Nesse momento, a UNIOESTE esteve presente e começou a discutir, com as entidades que participam da “Articulação Paranaense por Uma Educação do Campo”, uma proposta de formação de educadores. Como desdobramento dessa participação, discutiu-se a possibilidade de um Curso de Formação de Educadores numa perspectiva de Ensino a Distância – Universidade Eletrônica, proposta que foi avaliada e rejeitada, pois intencionava-se que o Curso tivesse caráter presencial, embora pudesse não ser, necessariamente, desenvolvido no período normal da oferta dos outros cursos da Universidade. (UNIOESTE, 2004, p. 02).

Com a efetivação da primeira turma do curso de Pedagogia para Educadores do Campo na UNIOESTE, a partir de 2004, a demanda por formação de educadores do campo em cursos de graduação estruturados sob o regime de alternância tem adentrado com certo fôlego¹² nas instituições públicas de Ensino Superior do Paraná.

A partir de sua experiência com a primeira turma, a UNIOESTE efetivou a segunda turma do curso de Pedagogia para Educadores do Campo entre 2009 e 2012. Já em 2013, dando continuidade ao processo iniciado em 2004, a UNIOESTE realizou a seleção para constituição de sua terceira turma do curso de Pedagogia para Educadores do Campo.

O curso de Pedagogia para Educadores do Campo na UNIOESTE tem por objetivo a formação de educadores vindos das áreas de reforma agrária. O curso pretende a formação de educadores para atuar nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na Educação Infantil e na Educação de Jovens e Adultos. A realização do curso, a partir dos convênios entre o PRONERA e a UNIOESTE, além de possibilitar a formação de educadores que atuam nas escolas e comunidades do campo, tem contribuído também para aprofundar a relação entre o Movimento Social e a Universidade.

Tomando o processo desencadeado com a realização do curso de Pedagogia para Educadores do Campo no Paraná, um elemento central desta caminhada gira em torno da relação entre Movimento Social e Universidade, uma relação muitas vezes conflituosa pautada por lógicas diferentes. Contudo é importante salientar, que o exercício necessário da relação entre Movimento Social e Universidade para viabilizar a formação de educadores do campo, por sua vez, sugere a produção de sínteses educativas, em contraponto a um possível distanciamento entre ambas as lógicas. De acordo com Caldart (2004),

Esse encontro entre escola e Movimento, quando acontece, é necessariamente conflituoso, e somente poderá ser processado de modo a produzir sínteses educativas, à medida que ambos aceitarem a existência dessas lógicas diferentes sem cair na polarização de certo e errado, mas ao mesmo tempo buscando uma influência mútua, sustentada pela força da identidade de sujeitos específicos. (CALDART, 2004, p. 387).

Ao se tratar da relação entre Movimento Social e Universidade, o exercício de síntese só é possível, se fundado numa perspectiva de classe, que possibilite uma influência mútua sustentada pela força e pelas características específicas de cada sujeito, porém convergentes na unidade de classe. Tais sujeitos estão representados aqui pela estrutura universitária (parte dela) e pela organicidade do Movimento Social.

Sendo assim, é importante salientar que essa conflitualidade de lógicas distintas, foi e é perpassada incessantemente pelo antagonismo entre os interesses da classe detentora dos meios de produção e os interesses da classe detentora da força de trabalho. Se por um lado os Movimentos Sociais Populares do Campo se figuram como a expressão de luta dos povos trabalhadores do campo, em contraposição aos interesses da classe dominante, o ambiente universitário, por outro lado, se figura em si como reflexo da hegemonia do capital sobre o trabalho, o que não significa desconsiderar a atuação organizada e de luta dos trabalhadores que compõem este espaço.

O elemento conflituoso da relação entre Movimento Social e Universidade é explicitado na longa caminhada de luta e nos percalços enfrentados pelos Movimentos Sociais Populares do Campo do Paraná até a ocupação da Universidade. Por outro lado, isso é expresso também nos embates internos à própria Universidade, que como dito, mesmo sob hegemonia dos interesses do capital, traz em seu interior a característica e a representatividade contraditória de uma sociedade cindida em classes sociais antagônicas.

O curso de Pedagogia para Educadores do Campo na UNIOESTE, como dito, se concretiza como desdobramento da realização da II Conferência Estadual Por uma Educação do Campo e da atuação da Articulação Paranaense Por uma Educação do Campo. Contudo, é importante registrar o processo interno à Universidade que possibilita a criação, a configuração e a efetivação do curso. Esse movimento interno à UNIOESTE se dá num momento específico, articulado ao processo de greve desencadeado pelos servidores das Universidades Estaduais do Paraná.

Entre os anos de 2001 e 2002 as universidades paranaenses enfrentam um longo período de greve. Em meio a este processo, um grupo de servidores da UNIOESTE se envolveu com o debate em torno do papel social da universidade, especialmente na região onde está situada, debate este que culminou com a indicação de um seminário para discutir a questão agrária. Com a realização desse evento sai a proposição de que a

elaboração de um projeto para a formação de educadores do campo deveria ser prioridade. (UNIOESTE, 2006, p. 02).

A partir do debate acerca da função social da Universidade oriundo do movimento de greve na UNIOESTE, e da demanda apresentada pela Articulação Paranaense por uma Educação do Campo sobre a necessidade de viabilizar a formação de educadores do campo, estruturada sob o regime de alternância, foi criado um grupo de trabalho para elaboração do Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia para Educadores do Campo na UNIOESTE. Este grupo de trabalho foi composto por representantes do Setor de Educação do MST, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR), da Comissão Regional do Atingidos pelas Barragens do Rio Iguaçu (CRABI) e por professores dos vários campi da UNIOESTE. Neste movimento interno à Universidade, o Campus da UNIOESTE em Francisco Beltrão manifestou interesse em realizar o curso.

No sentido de manter e aprofundar a relação entre Universidade e Movimento Social, que possibilitou a proposição e criação do curso de Pedagogia para Educadores do Campo na UNIOESTE, nas duas turmas já formadas, veio se configurando um importante exercício de coordenação colegiada do curso. A efetivação e o reconhecimento dessa coordenação colegiada, mesmo que não formalizada, no interior da Universidade, tem permitido a inserção efetiva dos Movimentos Sociais Populares do Campo na gestão e efetivação do curso de Pedagogia para Educadores do Campo na UNIOESTE.

A participação dos Movimentos Sociais na gestão do curso se concretiza por meio do Coletivo Político Pedagógico de Acompanhamento ao Curso, que, é um dos mecanismos constituídos pelos Movimentos Sociais Populares do Campo para propor, fazer e acompanhar a formação de seus militantes. Isso fica evidente no apontamento sistematizado pela primeira turma de Pedagogia para Educadores do Campo formada na UNIOESTE quando indica que

A efetivação do curso de Pedagogia para Educadoras e Educadores do Campo é resultado das lutas dos Movimentos Sociais Populares do Campo e das entidades parceiras. *Entretanto, foi necessária uma base forte no sentido de garantir a formação da turma nas atividades desenvolvidas. Há sempre um acompanhamento por parte dos Movimentos*, que direcionam as atividades políticas a serem realizadas no TC (Tempo Comunidade) e garantem momentos para educandas e educandos realizarem as atividades do TE (Tempo Escola). Essas atividades são assumidas por educandas e educandos que organizam seu tempo de maneira a conciliarem atividades do curso com atividades políticas de sua organização. (RABELO, *et al.*, 2008, p. 32, grifos nossos).

No contexto do curso de Pedagogia para Educadores do Campo na UNIOESTE, o Coletivo Político Pedagógico de Acompanhamento ao Curso foi constituído ainda no processo de elaboração do projeto do curso.

Na experiência das duas turmas já formadas na UNIOESTE, o Coletivo Político Pedagógico de Acompanhamento ao Curso se figurou como espaço de reflexão, debate e acompanhamento aos elementos que compõem o curso, desde a formação dos educandos, a organização das turmas, a gestão dos processos formativos, a relação com as instâncias da Universidade e com as instâncias dos Movimentos Sociais. Esse espaço coletivo de

acompanhamento ao curso é composto por militantes orgânicos aos Movimentos Sociais indicados para tal tarefa.

Com os apontamentos dispostos identifica-se que a relação entre Movimento Social e Universidade, pautada por uma perspectiva de classe, tem sido de fundamental importância para garantir o acesso dos povos trabalhadores do campo à Educação Superior. Sendo essa relação entre Movimento Social e Universidade, o elemento fundamental que tem possibilitado o propor e o fazer da formação de educadores no curso de Pedagogia para Educadores do Campo na UNIOESTE, articulando-o à luta por uma Educação do Campo e à luta pelo direito dos povos trabalhadores do campo à educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscou-se evidenciar elementos acerca da trajetória da luta por uma Educação do Campo no Brasil em seu vínculo com a luta pelo direito à educação. Esse exercício permitiu aprofundar as perspectivas de negatividade, de positividade e de superação que a Educação do Campo assume. Dentro deste contexto, a análise foi focada para a atuação dos Movimentos Sociais Populares do Campo no âmbito da formação de educadores do campo, tendo por objeto de reflexão o curso de Pedagogia para Educadores do Campo efetivado no Paraná, pela UNIOESTE. A perspectiva de análise adotada permitiu verificar que os cursos de graduação estruturados sob o regime de alternância se colocam como condição de acesso dos camponeses e trabalhadores do campo à Educação Superior, e ao mesmo tempo, no contexto da formação de educadores, permitem uma maior intencionalidade na relação teoria-prática.

No âmbito da luta pela instituição de políticas públicas que garantam o direito dos povos trabalhadores do campo à educação, o PRONERA situa-se como possibilidade de acesso destes à Educação Superior. Ainda no diz que respeito à instituição de políticas públicas, verifica-se que a relação entre Movimento Social e Universidade, pautada pela perspectiva de classe, possibilita uma inscrição diferenciada da Educação do Campo na ossatura institucional do Estado, tendo em conta essa perspectiva de classe que orienta a ação dos Movimentos Sociais Populares do Campo e que articula a luta por uma Educação do Campo no Brasil.

NOTAS

¹ Ao utilizar o termo Movimentos Sociais Populares do Campo, conforme Titton (2006) e D'Agostini (2009), quando utilizam os termos 'movimentos sociais confrontacionais' e/ou 'movimentos de luta de classe', a perspectiva posta é a de compreender a atuação de determinados movimentos sociais classistas – neste caso os dos povos trabalhadores do campo – que se configuram no confronto direto com o capital, rompendo desta forma com uma postura Pós-Moderna, que ao utilizar-se do termo “novos movimentos sociais” deixa de lado a centralidade da luta de classes, e desvincula a luta destes movimentos sociais da perspectiva de um projeto de sociedade contraposto ao da sociedade capitalista.

² Curso de pós-graduação *strictu sensu* realizado no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da UNIOESTE, Campus de Cascavel-PR, no período de 2009 a 2011.

³ Curso de pós-graduação *lato sensu* realizado na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Rio de Janeiro-RJ, no período de 2011 a 2013.

⁴ “Para compreensão do conceito de campesinato no Brasil, identificam-se determinações econômicas, sociais, culturais e políticas que têm delineado e consolidado esse conceito, bem como as formas de sua utilização, dentre estas determinações estão: diversidade identitária; organização produtiva baseada na pluriatividade; relação de interdependência com as condições ambientais em que se insere; condição de resistência voluntária e/ou involuntária; condição de confronto; capacidade de organização e luta; terra como meio de trabalho e de produção de vida, como bem natural, com valor de uso em detrimento ao seu valor de troca; forma e divisão do trabalho apoiadas fundamentalmente na força de trabalho familiar.” (VERDÉRIO, 2011, p. 45).

⁵ “Para os autores, agribusiness é um complexo de sistemas que compreende agricultura, indústria, mercado, capital e trabalho. Desde a construção do conceito, um novo elemento passou a fazer parte deste complexo: a produção de tecnologias para atender a todos os sistemas. O movimento deste complexo e suas políticas formam um modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais, que trabalham com um ou mais commodities e com diversos setores da economia. Essa condição confere às transnacionais do agronegócio um poder extraordinário que possibilita a manipulação dos processos em todos os sistemas do complexo.” (FERNANDES, 2008, p. 47).

⁶ “[...] o MST, e por consequência sua concepção de Educação do Campo, busca na proposta e na prática da Pedagogia Socialista Soviética elementos como atualidade, auto-organização e coletividade que têm se firmado nos principais diferenciais de seu fazer pedagógico. Conforme D’Agostini (2009, p. 117), “Tanto nos documentos como em alguns cursos formais de formação de professores é clara a influência da experiência do leste europeu com os pedagogos socialistas (Krupskaia, Pistrak, Makarenko, sob orientação de Lênin)”.” (VERDÉRIO, 2011, p. 134-135).

⁷ No Brasil, a Educação Popular, “[...] encontra campo fecundo para constituir-se como teoria pedagógica, tendo o educador Paulo Freire papel fundamental na sistematização de tal concepção, que conforme Saviani (2008, p. 319), constituiu-se como “A expressão mais acabada da orientação seguida por esses movimentos e que maior repercussão teve no país e no exterior [...]”. Apontado a indissociabilidade entre o político e o pedagógico; a não neutralidade; a não ingenuidade; a sua característica histórica; a sua vinculação com um projeto de desenvolvimento nacional e popular; apostando na organização popular como campo de atuação.” (VERDÉRIO, 2011, p. 61).

⁸ “A coletividade sem-terra educa, à medida que faz ambiente de produção de uma identidade coletiva processada através e em cada pessoa, ao mesmo tempo que para além dela.” (CALDART, 2004, p. 344).

“[...] a condição gera a necessidade de aprender a ser solidário e a olhar para a realidade desde a ótica do coletivo e não de cada indivíduo ou de cada família isoladamente. Uma inversão que não se aprende fácil e nem sem conflitos [...]. Mas um aprendizado que, quando se consolida, não deixa de se vincular com um profundo sentimento de indignação diante de contraste gritante que existe entre esta lógica de uma vida social baseada na competição e no individualismo desenfreados, exatamente os antivalores que sustentam uma sociedade que não se importa em produzir sem-terra, sem-teto, sem-emprego, sem-escola, sem-esperança...” (CALDART, 2004, p.179-180).

⁹ Nos seus trinta anos de existência o MST vem se organizando a partir das necessidades das famílias a ele vinculadas, na perspectiva de dar conta das diversas demandas identificadas na luta pela e na terra. Desta forma, sua organicidade é constituída a partir de coletivos, nos quais os próprios integrantes do MST assumem distintas tarefas. Sendo assim, o Setor de Educação do MST, é composto por militantes-educadores que assumem a tarefa de refletir, discutir e efetivar as práticas vinculadas à educação dos Sem Terra. Atualmente o Setor de Educação é composto pela Frente de Educação Infantil, a de Educação de Jovens e Adultos, o Ensino Fundamental e a Formação de Educadores.

¹⁰ A Articulação Paranaense por uma Educação do Campo constituída em 2000, a partir de definição da II Conferência Estadual por uma Educação Básica do Campo é um espaço de articulação dos diversos Movimentos Sociais e Organizações Populares do Campo que atuam no Paraná, como espaço aglutinador das diversas reivindicações e práticas dos povos trabalhadores do campo na perspectiva da garantia do seu direito a uma educação do/no campo.

¹¹ No Paraná, a formação de educadores do campo se dá por meio dos cursos de Pedagogia para Educadores do Campo e de Licenciatura em Educação do Campo. O curso de Pedagogia para Educadores do Campo, viabilizado pelos convênios com o PRONERA, além de acontecer na UNIOESTE, ocorre também na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Já o curso de Licenciatura em Educação do Campo ocorre na UNIOESTE, na Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO) e na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). O curso de Licenciatura em Educação do Campo é realizado por meio de convênios efetivados entre as referidas universidades e o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), do Ministério de Educação (MEC).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Benedita; ANTONIO, Clésio Acilino. **O Curso de Pedagogia para Educadores do Campo – A Experiência da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE: História e Prática.** In: ALMEIDA, Benedita; ANTONIO, Clésio Acilino; ZANELLA, José Luiz (org.). **Educação do Campo: um projeto de formação de educadores em debate.** Cascavel: EDUNIOESTE, 2008. p. 21-37.

BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto Nº 7.352, de 4 de novembro de 2010:** Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:bdEMaYtc8C8J:www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br acesso em 02 de outubro de 2013.

BRASIL, MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Portaria/Incr/P/Nº 238, de 31 de maio de 2011:** Manual de Operações do PRONERA. 119 p. Disponível em: <http://www.incr.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/manuais-e-procedimentos/file/654-pronera> acesso em 02 de outubro de 2013.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. **Questões e contradições da Educação Rural no Brasil**. In: WERTHEIN, J.; BORDENAVE, J. D. (Orgs.). **Educação Rural no Terceiro Mundo: experiências e novas alternativas**. Trad. KRAMER, P. R.; e CARREGAL, L. T. L. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 161-198.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. – 3ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2004. 439 p.

_____. **Sobre Educação do Campo**. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.); **Por uma Educação do Campo: Campo – Políticas Públicas – Educação**. Brasília: INCRA; MDA, 2008. Coleção Por uma Educação do Campo nº 7. p. 67-86.

D'AGOSTINI, Adriana. **A educação do MST no contexto educacional brasileiro**. 2009. 205 p. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Território Camponês no Brasil**. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.); **Por uma Educação do Campo: Campo – Políticas Públicas – Educação**. Brasília: INCRA; MDA, 2008. Coleção Por uma Educação do Campo nº 7. p. 39-66.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola Rural: urbanização e políticas educacionais**. – 2ª ed. – São Paulo: Cortez, 2002. (Coleção Questões da Nossa Época; v.70). 120 p.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Formação de Educadores nos Cursos Formais**. (Documento para discussão interna, elaborado a partir do Seminário realizado em novembro de 2007). mimeo, 2008. 15 p.

NETO, José Paulo. **O Materialismo Histórico como instrumento de análise das políticas sociais**. In: NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães (Org.). **Estado e Políticas Sociais no Brasil**. – Cascavel: EDUNIOESTE, 2003. p. 11-28.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o Poder, o Socialismo**. – 4ª. Ed. São Paulo: Graal, 2000. 272 p.

RABELO, Amaro Korb; CAMPOS, João Carlos; ZAGER, Odair José; MARIANI, Salete; ONÇAY, Solange Todero Von (Orgs.). **Vivência e práticas pedagógicas: sistematizando a Turma Antonio Gramsci: Pedagogia da Terra 2004 – 2008**. – Cascavel, PR: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2008. 230 p.

SAES, Décio. **Estado e Democracia: ensaios teóricos**. – 2ªed. – Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998. (Coleção Trajetória I).187 p.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. – 2ª ed. rev. e ampl. – Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção memória da educação). 475 p.

TITTON, Mauro. **Organização do trabalho pedagógico na formação de professores do MST: realidade e possibilidades**. 2006. 183 p. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. **Resolução nº 083/2004-CEPE**: Projeto Político Pedagógico do Curso Especial de Pedagogia para Educadores do Campo. – Cascavel, PR: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2004. 38 p.

_____. **Relatório para Reconhecimento do Curso de Pedagogia para Educadores**. – Francisco Beltrão, PR: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, junho de 2006.

_____. **Projeto Político Pedagógico do Curso Especial de Licenciatura em Educação do Campo**. – Cascavel, PR: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2008. 104 p.

VERDÉRIO, Alex. **A materialidade da Educação do Campo e sua incidência nos processos formativos que a sustentam**: uma análise acerca do curso de Pedagogia da Terra na UNIOESTE. – 2011. 210 p. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2011.

_____. **Direito e da luta de classes**: por uma Educação do Campo. – 2013. 51 p. Monografia de Especialização em Trabalho, Educação e Movimentos Sociais, EPSJV, Rio de Janeiro, 2013.